

Exmo. Senhor
Presidente
da Comissão Portuguesa de História Militar

PRÉMIO DE DEFESA NACIONAL DECLARAÇÃO

Nome completo
nacionalidade natural da freguesia de,
concelho de, distrito de, data de nascimento
....., portador(a) do Bilhete de Identidade /Cartão de Cidadão n.º
....., Contribuinte n.º, residente em.....
.....
(código postal), telefone (fixo e/ou móvel) n.º.....,
e E-mail: declara para efeitos do Prémio de Defesa
Nacional de_____ que concorre, nos termos do respectivo regulamento com a obra de
sua autoria intitulada

“
.....”

Para o efeito, anexo cinco (5) exemplares como consta do anúncio público.

Data

O Declarante,

Nota de Privacidade

Os dados recolhidos serão objeto de tratamento pela Comissão Portuguesa de História Militar (entidade responsável pelo tratamento), com sede na Av. da Ilha da Madeira, 1, 1400-204 Lisboa, que irá recolher dados pessoais básicos para efeitos de candidatura ao Prémio Defesa Nacional. O tratamento de dados pessoais tem como fundamento jurídico o exercício de funções de interesse público e do interesse legítimo prosseguido pela missão da Comissão Portuguesa de História Militar.

A informação será conservada apenas durante o período que resulta da aplicação do plano de classificação e da tabela de seleção da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, que servem de referencial para a classificação e avaliação da informação pública.

É garantido ao titular dos dados o direito de acesso, atualização, retificação, esquecimento ou eliminação dos seus dados pessoais a todo o tempo, bem como o exercício posterior dos direitos de oposição e limitação da utilização dos dados facultados para os fins acima descritos, devendo, para tal, enviar um pedido nesse sentido ao Encarregado da Proteção de Dados da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, para o e-mail epd.rgpd.sgmdn@defesa.pt. Nos casos em que considerar que os seus dados não estão a ser tratados de forma adequada, o titular dos dados poderá optar por contactar a Autoridade de Controlo, função que, em Portugal, é exercida pela Comissão Nacional de Proteção de Dados.